



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

GIRLAN GUEDES DOS SANTOS

**O EXERCÍCIO DA DÁDIVA PROTAGONIZADO PELOS HABITANTES DA “RUA
PRETA”**

**CAMPINA GRANDE-PB
2016**

GIRLAN GUEDES DOS SANTOS

**O EXERCÍCIO DA DÁDIVA PROTAGONIZADO PELOS HABITANTES DA “RUA
PRETA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Batista

**CAMPINA GRANDE-PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237e Santos, Girlan Guedes dos
O exercício da dádiva protagonizado pelos habitantes da "Rua Preta" [manuscrito] / Girlan Guedes dos Santos. - 2016.
21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Francisco de Assis Batista, Departamento de Serviço Social".

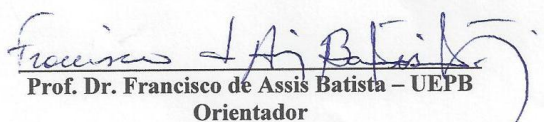
1. Escravidão. 2. Reciprocidade. 3. Cooperação. I. Título.
21. ed. CDD 326

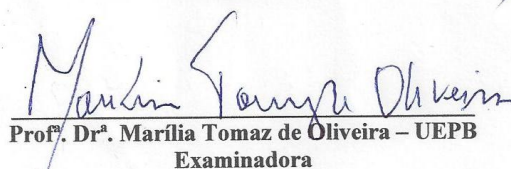
GIRLAN GUEDES DOS SANTOS

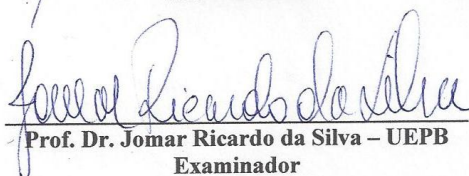
**O EXERCÍCIO DA DÁDIVA PROTAGONIZADO PELOS HABITANTES DA “RUA
PRETA”**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB), em cumprimento à
exigência para obtenção de grau de Bacharel
em Serviço Social.

Aprovado em 24 de agosto de 2016.


Prof. Dr. Francisco de Assis Batista – UEPB
Orientador


Prof. Dr.ª Marília Tomaz de Oliveira – UEPB
Examinadora


Prof. Dr. Jomar Ricardo da Silva – UEPB
Examinador

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus que me permitiu realizar esse sonho e conquista pessoal.

Aos meus pais que foram peça chave nessa jornada e pelo orgulho que eles têm ao referir-se a mim como primeiro de seis filhos com um diploma de graduação, como bem falam, filho de um caminhoneiro e uma costureira alcançará seus objetivos através da educação, depois de muito esforço e dedicação.

Agradecer a toda minha família, irmãos, tios, primos, sobrinhos que acompanharam toda essa trajetória só fortalecendo e me apoiando a cada dificuldade.

Agradecer ao meu grande amigo Leandro Porto pelo companheirismo, incentivo e apoio incondicional nos dias difíceis dessa caminhada, grato por tudo e por fazer parte dessa história.

À minha amiga Nathaly que vivenciou esses cinco anos de graduação comigo, não só como colega de sala, mas como uma companheira para todas as horas, levarei sua amizade para sempre em meu coração.

Aos meus amigos Gilmara Jane, Rawlison, Lucas e Elaine e ao Maestro Nilson pelos dias que estiveram comigo durante esse período, cada um me ajudando de sua forma, seja nas correções gramaticais, seja com um conselho amigo.

Ao meu amigo Diego, a quem agradeço em nome de todos os motoristas de ônibus e carros que me transportaram todos os dias de aulas, da minha cidade para universidade, sem a grande responsabilidade de vocês em dirigirem com prudência, essa conquista não seria possível.

A todos os meus professores por me conceder todo o conhecimento adquirido. E como é gratificante para mim a relação que muitos estabeleceram comigo! Uma relação não apenas de professor-aluno, além de muitos professores excelentes, cultivei amigos maravilhosos, que sempre estavam preocupados em saber como estava bem e, com seus conselhos de grandes mestres e doutores, cresci bastante.

Em especial ao professor Francisco de Assis Batista, meu querido orientador de Extensão, Iniciação Científica e deste trabalho. Serei eternamente grato pelo seu compromisso, sua humildade, dedicação, paciência e compreensão que sempre teve comigo. Dedico profunda admiração pelo profissional que és, falo sempre que quero ser pelo menos um terço do que és, quero estudar muito para poder me aproximar do conhecimento teórico que tens. Além da amizade que construímos durante esses anos, me fez despertar uma paixão pela Sociologia, a qual esse Trabalho de Conclusão de Curso está referenciado, sendo uma das áreas afins do Serviço Social.

Agradecer a minha querida Professora Marília Tomaz e ao Professor Jomar Ricardo, profissionais que tenho grande admiração, por terem aceitado participar desta banca examinadora e por também contribuir para o melhoramento deste trabalho.

Aos meus colegas de sala, pelo companheirismo e a todos que contribuíram de alguma forma para que essa etapa pudesse ser concluída com êxito em minha vida.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
4. BREVE HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E NO CARIRI PARAÍBANO.....	10
5. RELAÇÃO DA DÁDIVA E A RECIPROCIDADE COMO FORMA DE SOCIABILIDADE NA COMUNIDADE RUA PRETA	12
6. PERSPECTIVAS DE CONQUISTAS DE DIREITOS SOCIAIS.....	17
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
ABSTRACT	20
REFERÊNCIAS	21

O EXERCÍCIO DA DÁDIVA PROTAGONIZADO PELOS HABITANTES DA “RUA PRETA”

Girlan Guedes dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo é resultado da pesquisa de iniciação científica, intitulada “Exercício de Reciprocidade: o Protagonismo dos Escravos e Descendentes da Comunidade Rua Preta”. A “Rua Preta” é uma comunidade constituída por descendentes de escravos na zona rural do município de Camalaú, no Cariri Ocidental da Paraíba. Essa comunidade foi sendo habitada por escravos que, por meios diversos, conseguiram escapar dos domínios das fazendas de gado naquela região, bem como aqueles que ficaram livres com a abolição. Esse espaço social foi sendo constituído, mediante o protagonismo dos negros na busca para atender suas necessidades de subsistência. Nesse sentido, esse artigo constitui-se em um “Estudo de Caso”, uma vez que foi desenvolvida uma abordagem sociológica, tendo como objetivo analisar as práticas de reciprocidade exercitadas pelos habitantes da “Rua Preta”, buscando compreender como se exercitam essas práticas no cotidiano, assim como os princípios morais que norteavam o seu exercício, como também as perspectivas de direitos sociais desses nativos, referentes à falta de acesso a algumas políticas sociais por desinformação da comunidade acerca desses direitos. Os resultados alcançados nos permitem afirmar a existência de práticas de reciprocidade, a exemplo da forma de sociabilidade coletiva que vivem, de como se ajudam mutuamente em seus afazeres e trabalhos diários, nos possibilitando ainda fazer um resgate histórico da comunidade que vem a contribuir aos habitantes da “Rua Preta” na perspectiva de acesso a direitos sociais com a titulação de suas terras como Quilombo.

Palavras-chave: Escravidão. Reciprocidade. Cooperação.

1. INTRODUÇÃO

Na percepção de que a escravidão ainda carece de pesquisas que esclareçam o lugar do negro na produção, mas, sobretudo, suas formas de vivenciar o cotidiano, pesquisamos e entendemos sermos pertinentes continuarmos pesquisando a comunidade “Rua Preta” localizada no município de Camalaú, na Paraíba.

O município de Camalaú localiza-se a 180 km de Campina Grande e faz parte da região do Cariri Ocidental paraibano, área de fronteira com o Estado de Pernambuco, ao sul, sendo uma área do Estado ainda pouco conhecida, no tocante às expressões de sociabilidade entre os negros escravizados.

¹ Graduando do Curso de Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Aluno de Iniciação Científica das cotas 2014-2015 e 2015-2016. E-mail: girlan-sax@outlook.com

Os negros libertos das fazendas, durante o período da escravidão e após a abolição, foram se reunindo nessa localidade, denominada de Roça Velha, onde se constituiu a Rua Preta, apresentando características de uma comunidade negra, tendo em vista que foi constituída apenas com negros.

Esta breve incursão na história nos permite formular uma abordagem sociológica que procure dar relevância ao protagonismo desses escravos e seus descendentes, tomando como objeto de estudo as múltiplas formas de interações sociais por eles vivenciadas no cotidiano.

Nesta perspectiva, entendemos que se faz necessário, também, estudos relacionados à temática da escravidão, especificamente no tocante aos aspectos de sociabilidades destes escravos no cotidiano. Portanto, o referente artigo constitui-se como um estudo de caso que tem por objetivo desenvolver uma abordagem sociológica no que diz respeito a identificar e analisar as práticas de reciprocidade exercitadas na “Rua Preta”, bem como as interações sociais que se desenvolveram pelos escravos e descendentes.

A carência de estudos sobre as comunidades rurais nos coloca como pioneiros nessa região. A pesquisa nos possibilitou ainda entender os aspectos da falta de informação e exclusão dessa comunidade como acesso aos direitos sociais e políticas públicas voltadas para o setor rural.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a discussão das práticas de reciprocidade que analisamos na comunidade “Rua Preta”, tomamos como referência o conceito de “Dádiva” elaborado por Marcel Mauss (2003). A Teoria da Dádiva foi elaborada por Mauss em suas pesquisas através das comunidades primitivas em que o autor percebeu que aspectos como ajuda mútua, cooperação e princípios morais, pertenciam àquelas comunidades.

A noção de reciprocidade de Mauss é apresentada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978) como um conceito fundamental para compreender a organização social dos camponeses ao argumentar que as famílias dos sitiantes se apresentam como conjugais do ponto de vista econômico. Nessa perspectiva, as parentelas e os grupos de vizinhança se formam pelos laços de sangue, pelos laços de compadrio e pelos laços de aliança e possui como base a lógica da reciprocidade, a obrigação de dar-receber-retribuir (ajuda mútua).

A reciprocidade se manifesta de formas diversas, mas, consiste basicamente na relação que se estabelece entre os sujeitos. Mauss (2003, p. 191) apresenta a reciprocidade como

trocas imateriais, como ajuda mútua, a cooperação, a troca de auxílio ou serviço, criando a expectativa de em outra ocasião ser retribuído ou de retribuir.

Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente.

Diante dessa afirmação, compreendemos que a reciprocidade aparece como um sistema de prestações totais e de forma coletiva, pois:

Exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições (MAUSS, 2003).

Essas modalidades de troca aparecem para Mauss como um fato social total que se compreende a partir de duas maneiras, conforme entende Martins (2005, p. 46),

[...] totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também e, sobretudo, simbólica.

Assegurando a ideia de que a sociedade é um fato social total e que a “dádiva” é uma regra moral dessa coletividade, Martins (2005, p. 49) interpreta como sendo um sistema de prestações e contraprestações, porém:

[...] essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm uma certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações – mesmo que isto possa significar a passagem da paz para a guerra.

Para Mauss (2003), a dádiva é uma forma de cooperação que se institui universalmente numa organização social e que se caracteriza por aspectos particulares, sejam eles morais, culturais ou religiosos. Martins (2005, p. 53) explica que o entendimento do sentido sociológico da dádiva introduz a ideia de ação social como interação:

Como um movimento circular acionado pela força do bem (simbólico ou material) dado, recebido e retribuído, o qual interfere diretamente tanto na distribuição dos

lugares dos membros do grupo social como nas modalidades de reconhecimento, inclusão e prestígio.

Respectivamente, Martins (2005, p. 54) apresenta a perspectiva da dádiva como manifestação do fato total mostrando que:

[...] são possibilidades fenomenais que se engendram incessantemente por meio de um *Continuum* de interrelações motivadas pela circulação do “espírito da coisa dada”, essas interdependências desdobrando-se entre os planos micro, macro e meso-social. Diferentemente do sistema bipartido do mercado, que funciona pela equivalência (dar-pagar), na dádiva (dar-receber-retribuir), o bem devolvido nunca tem valor igual àquele do bem inicialmente recebido.

Podemos perceber, por exemplo, que um presente, uma ajuda mútua ou até mesmo uma hospitalidade, nunca serão pagas em moedas de mesmo valor, nem mesmo iremos retribuí-la no mesmo instante da ação recebida, senão essa ação correria o risco de não ser interpretada como interação.

Contudo, o dar-receber-retribuir reflete dois fenômenos sociais: a teoria geral da obrigação e a teoria das prestações totais. Ambas possuem o significado da reciprocidade, significado esse que obriga o sujeito a receber aquilo que foi dado, pois nesse sistema de prestações, o indivíduo passa a receber algo da essência espiritual de outrem. Mauss (2003, p. 200) explica que

[...] a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente, essa essência, esse alimento, esses bens, móveis ou imóveis, essas mulheres ou esses descendentes, esses ritos ou essas comunhões, têm poder mágico e religioso sobre nós.

Então, a obrigação de receber também se exprime como forma de reciprocidade, pois os indivíduos, grupos, clãs ou sociedades que compartilham do mesmo interesse, se envolvem pela troca constante.

Mauss (2003, p. 208), explica sobre a teoria do sacrifício através da “esmola”, não como uma forma caridosa dada aos pobres, mas como um fruto de uma noção moral da dádiva e da fortuna, de um lado e de uma noção do sacrifício, de outro. Isso porque, Mauss afirma que as relações sociais, os costumes, os rituais, os contratos e as trocas, consistem em envolver não apenas homens e coisas, mas os seres sagrados, a essência da felicidade e da liberdade do grupo.

Ainda na perspectiva de compreender como se estruturavam as relações sociais e as normas costumeiras que norteavam essas relações no cotidiano, nos servirá como referência a

construção teórica de Thompson e James Scott, no que se refere à formulação do conceito de “economia moral”, que, em linhas gerais, expressa uma ética pautada na subsistência.

A economia moral tem seus princípios referenciados em um consenso popular de normas e obrigações sociais. Por este motivo, o comportamento econômico entre as pessoas comuns e também com as elites se orientaria a partir de valores morais, regras sociais e noções de justiça (THOMPSON, 1998, p. 153).

Na formulação de Scott, do conceito de economia moral, dois princípios aparecem como sendo fundamentais, um deles é a reciprocidade conforme podemos observar na seguinte colocação: “O primeiro diz respeito à ênfase que se coloca na segurança e nos riscos assumidos pelos camponeses e o segundo na noção de justiça permeada na rede de **reciprocidade** entre amigos, parentes, relações patrões-clientes ou até mesmo o estado” (SCOTT, 1976, p. 26, grifo nosso).

Eric Wolf (1970) apresenta o conceito de campesinato como uma forma de economia de subsistência, onde o camponês tem a sua autonomia com o controle da terra, sendo capaz de sobreviver e se alimentar com o que cultivou.

Desse modo, essa compreensão do contexto da teoria da dádiva, reciprocidade, economia moral e campesinato, analisada pelos autores acima citados, nos auxiliará na reflexão a analisar a reciprocidade e quais os princípios morais que orientam essa prática, a fim de perceber a “dádiva” através dos valores morais, crenças, entre outros aspectos, vivenciada pelas famílias negras que fazem parte da comunidade “Rua Preta”.

Para nos nortear acerca da falta de informação da comunidade para com o acesso a seus direitos sociais, e por entendermos que a comunidade apresenta características de um quilombo, nos referenciamos na Legislação Referente à Política Pública de Regularização de Territórios Quilombolas e através do Decreto Nº 4.887, pela Presidência da República de 20 de Novembro de 2003.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para nortear esta pesquisa, a metodologia utilizada para analisar quais os elementos que nos possibilitou perceber a existência da “dádiva”, vivenciada pelas famílias negras que constituíram a comunidade “Rua Preta”, foi baseada pela pesquisa qualitativa.

Assim, desenvolvemos uma abordagem qualitativa, considerando a possibilidade que esta modalidade de estudo permite para a análise e compreensão de um determinado

fenômeno social. Nessa perspectiva, no tocante à pesquisa qualitativa, Mirian Goldenberg (2013, p. 18-19) esclarece “As ciências sociais devem se preocupar com a compreensão dos casos particulares e não com a formulação de leis generalizantes [...] o objetivo do pesquisador é compreender a vida do indivíduo dentro da própria sociedade em que vive”.

Assim, considerando que a pesquisa restringe-se a um espaço social delimitado, fizemos a análise da comunidade “Rua Preta” através do estudo de caso, como argumenta Mirian Goldenberg (2013), que o estudo de caso nos permite estudar uma unidade como um todo.

Inicialmente fizemos o mapeamento da região e, em seguida, coletamos as informações junto às famílias dos habitantes da referida rua, mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas, uma vez que por meio delas se torna possível resgatar as formas de reciprocidade e cooperação por eles exercitadas, como também entender a precarização do acesso às políticas públicas e seus direitos sociais. Usamos esse método, porque nos permite que novas questões possam ser formuladas durante a entrevista, dependendo da avaliação do entrevistador, para melhor esclarecer as questões em foco.

4. BREVE HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E NO CARIRI PARAÍBANO

O acesso a terra, por parte dos camponeses, sempre foi difícil, em virtude da estrutura fundiária, baseada no grande proprietário. Na região do Cariri Paraibano, assim como em outras regiões e, enfim, em todo o Brasil, a terra esteve sempre em posse de poucos, enquanto a maioria dos trabalhadores não teve acesso a ela, principalmente, os negros escravos.

A historiografia do Brasil, salvo raras exceções, não abalou o papel desenvolvido pelos trabalhadores pobres do campo, os camponeses, e, entre estes, os negros que conseguiram de alguma forma escapar dos senhores e se estabelecerem fora de seus domínios. A historiografia se deteve a analisar, acentuadamente, o papel da grande produção na formação da economia nacional, deixando um espaço lacunar de outras formas alternativas de produção, desenvolvida por uma camada de pessoas que não tiveram acesso às grandes quantidades de terras, mas que a partir de uma cultura de subsistência, de um modo peculiar de viver da terra, apresentou os traços característicos de um modo de vida camponês (PALÁCIOS, 1987).

É nesse contexto sócio-histórico que situamos nosso objeto de estudo, tomando como referência o protagonismo dos negros escravizados da região do Cariri paraibano. Região esta

que despontou no início do século XX, como uma das mais importantes produtoras de algodão, sendo o algodão produzido e classificado, no mercado internacional, como um dos melhores do mundo, ocasionado por sua vez acentuada luta pela terra (OCTÁVIO, 1996).

Nesse contexto, os grandes proprietários rurais utilizam em suas fazendas de gado a mão de obra escrava, mão de obra esta, também utilizada nas fazendas de gado no município de Camalaú. Nesse município, uma área rural, denominada Roça Velha, foi sendo ocupada por camponeses e também por escravos e seus descendentes que vieram de diversos pontos do município e ali se instalaram, constituindo um núcleo denominado de Rua Preta, denominação esta atribuída por conta de ser habitada exclusivamente por negros.

Na área denominada de Roça Velha, onde se constituiu a “Rua Preta”, os seus ocupantes apresentavam as características camponesas, desenvolvendo uma infra-estrutura mínima para subsistência, construída com seus próprios esforços tais como: casas, pequenos plantios de frutas, pequenos reservatórios d’água e criação de animais de pequeno porte.

Compreendemos o campesinato a partir da formulação de Chayanov (1966, p. 52) ao observar que o camponês se pauta por uma ótica que não está atrelada à questão econômica: “[...] o campesinato deve ser entendido como uma forma de economia natural. Nesta, toda a atividade é orientada para satisfazer as necessidades da unidade de produção que são ao mesmo tempo, unidades de consumo”.

Por se tratar de uma comunidade remanescente de escravos, o contato dos moradores da comunidade com as pessoas da cidade, atualmente se mostra um pouco discriminatório, resquícios ainda do processo escravista. As pessoas da cidade apresentam certa rejeição a comunidade, a relação entre brancos e negros é discriminatória e preconceituosa mostrando-se ainda muito forte². Porém, na realidade existe o contato e trocas de cooperação entre os negros e alguns brancos da cidade, mesmo que em minoria não deixam de lado a dicotomia racial e os conflitos.

Tudo que é visto como estranho o pessoal da cidade diz logo que é da “Rua Preta”. Se uma mulher negra chega na cidade com uma cor de batom muito vermelho e diferente, dizem logo que é da comunidade “Rua Preta”, a discriminação e o preconceito é muito forte, tudo pela diferenciação da cor de pele. (Entrevista com Professor Ezequiel, em 08/08/14).

Mesmo depois da luta pela igualdade racial, a Rua Preta sofre preconceitos até hoje, a comunidade é vista de forma destorcida pelos demais moradores brancos que ali residem. O

² Entrevista com o Professor de Geografia Ezequiel, da cidade de Camalaú.

preconceito racial está ligado a uma forma política e social no sentido das relações humanas, pois mesmo a constituição alegando igualdade a todos, é perceptível que a práxis desmente.

Valente (1994), explicita em seu livro *Ser Negro no Brasil Hoje*, o quanto ainda está arraigada a discriminação no nosso país nos dias de hoje. O Professor Antonio Mariano nos relata que o preconceito existente com os habitantes da Rua Preta já foram mais acentuados. Conta que a melhoria do acesso a educação que os mais jovens tiveram o preconceito está hoje reduzido.

O preconceito das pessoas da cidade com as pessoas da comunidade era muito perceptivo antigamente. Hoje isso mudou um pouco, muitos jovens de lá estudam aqui na cidade e isso foi deixando de acontecer, mas infelizmente ainda encontramos pessoas com esse tipo de preconceito aqui (Entrevista com Antonio Mariano, em 07/03/15).

Esse espaço social foi sendo construído, mediante o protagonismo dos negros ao passar dos anos, na busca para atender suas necessidades de subsistência, se mostrando ainda na atualidade um desafio em termo da existência dos escravos e seus descendentes com relação a população local da cidade de Camalaú.

5. RELAÇÃO DA DÁDIVA E A RECIPROCIDADE COMO FORMA DE SOCIABILIDADE NA COMUNIDADE RUA PRETA

Constatamos que as famílias sobrevivem basicamente da agricultura, e que na plantação e na colheita, em momentos específicos, todos se ajudam. Percebemos através dessas características, o quanto é notório a relação entre dar-receber-retribuir, apontada por Marcel Mauss na formulação da Teoria da Dádiva, entre os que habitam até hoje a comunidade Rua Preta.

Para realizar suas atividades, acordam cedo para irem ao roçado cultivar a terra e prepará-la para o plantio, todos iam juntos, crianças, mulheres e homens, passavam o dia no roçado. Em entrevista com o senhor José Avelino, de 67 anos, morador da comunidade Rua Preta, percebemos em sua fala o que Mauss (2003) aponta em seus estudos, que em primeiro lugar não somos indivíduos e sim coletividades que se obrigam mutuamente.

Vivíamos da roça, acordava cedo para ir para plantação todos juntos. Todos tinham seus roçados onde plantava milho, feijão, mandioca, batata de maniçoba, cada um tinha sua colheita. Se no meu roçado não desse a fartura que era esperada e no meu companheiro desse, a gente repartia, dividia um pouquinho para cada um. Tudo que era plantado era para nossa alimentação. Vivíamos em coletividade (Entrevista com José Avelino Bezerra, em 07/03/15).

Repartem entre si o que é colhido, não é só a troca material, mas também a troca espiritual, o valor simbólico que os aproximam e os fazem ajudarem entre si de forma compartilhada e recíproca, conforme o entendimento de Mauss (2003).

A cooperação, o modo de partilhar seus bens de consumo ou material como o próprio pedaço de chão, aparentemente parece que sempre esteve presente. Percebemos com as entrevistas que a coletividade e a forma como se ajudam ainda permanece entre eles. É notório na fala de Dona Antônia, senhora de 74 anos, que relembra como preparam a terra para o plantio, da cooperação entre as famílias vizinhas.

Fazia aqui também uma junta, onde se ajuntava muita gente para limpar um roçado de um companheiro. Ele bancava o almoço e uns sessenta homens e mulheres terminavam de limpar o roçado, realizando todo o trabalho em grupo (Entrevista com Dona Antônia Maria, em 27/09/14).

A junta que Dona Antônia se refere é um agrupamento de pessoas que se juntam para realizar uma atividade de forma coletiva e com um só objetivo, como é relatado pela moradora na limpeza do roçado. Essa “junta” era motivo de festa, mais de sessenta homens e mulheres estavam envolvidos para ajudar o companheiro que pedia a ajuda, passavam o dia preparando o roçado. No fim do dia o dono do roçado preparava um banquete, uma vez que só os que estavam ajudando no plantio, tinham o direito de desfrutar do que era oferecido.

A comunidade foi sendo construída por doações de terras, a partir dos primeiros que a habitaram a familiares que até hoje lá estão. Tudo foi doado e repartido através da palavra. Trata-se, por exemplo, do registro da família, dos parentes, dos amigos e vizinhos.

Toda essa terra que era do velho Avelino, ficou para os cinco filhos. Cada filho ficou com dezenove braças, dividiu a terra todinha em vida ainda. Se ele desse a palavra tava dito, se deu tava dado. A família sempre se ajudou, quando é tempo de plantar todo mundo se junta para fazer a plantação: filho, pai, mãe, genro todo mundo. A família é unida (Entrevista com Dona Antônia Maria, em 27/09/14).

A amizade existente entre os moradores da comunidade é percebida pelo modo que partilham seus bens de consumo e que como se ajudam quando necessitam, como Mauss (2003) explica que: “ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o recebedor aceita algo do doador”. Pudemos perceber através da ajuda que um dá ao outro, em cuidar de um vizinho doente, de um resguardo de uma amiga, do vínculo afetivo criado pela reciprocidade existente.

Segundo o senhor José Avelino Bezerra (Entrevista em 07/03/15),

Se um de nós adoecesse, cada um de nós dava uma ajudazinha, chamava logo uma benzedeira para rezar e passar algum remédio da terra mesmo. Ela entendia da cura por plantas medicinais. A gente ajudava no que podia para o amigo ficar melhor. Se precisasse cuidava do roçado dele, até ele ficar bom.

O compadrio na comunidade é fluente. Percebemos que quase todos os moradores têm essa relação de ligação através do apadrinhamento, simbolicamente um ato muito importante, pois o padrinho é como um segundo pai ou mãe. Quando a criança nasce, a mãe e o pai escolhem alguém que tenha uma boa relação e respeito, para que seja o padrinho e madrinha de seu filho. Seu José Avelino fala um pouco em sua entrevista dessa cultura e como a reciprocidade se apresenta nela de forma quase que constante:

Como quase todo mundo lá é família, sempre que nascia um filho de um ou de outro chamava logo o mais próximo para ser padrinho de seu filho. Eu sou padrinho de um bocado. O padrinho faz da criança gente, pois quando nasce é pagão e o padrinho toma a responsabilidade de cuidar quando a família da própria criança não puder. É um compromisso muito serio, como fosse o segundo pai ou mãe. Criava um vínculo com o afilhado e com os pais que viravam compadres (Entrevista com José Avelino Bezerra, em 07/03/15).

As pessoas chamadas para serem padrinhos, quase sempre eram as mais respeitadas pela comunidade. Aquelas que sempre estavam dispostas a ajudar o amigo ou familiar sem receber nada em troca. Por isso que podemos compreender a partir da dádiva posta por Mauss (2003), que está presente em todas as partes e que não diz respeito apenas a momentos isolados e descontínuos da realidade, mas de forma circular e com vários nomes: sorrisos, gentilezas, palavras, hospitalidade, presentes, serviços gratuitos, dentre outros.

Olhe se eu for contar quantas comadres e compadres eu tenho, não sei. São tantos que perdi as contas. Sei que passa de uns cinqüenta. Sempre fui de ajudar a cuidar do resguardo e às vezes a cuidar das crianças das comadres, para elas fazerem algum serviço, a gente se ajuda (Entrevista com Dona Antônia Maria, em 27/09/14).

O “resguardo” citado por Dona Antônia, trata-se do período pós-parto. A mulher passa o período descansando depois de ter o filho. Não pode fazer nada além de cuidar da criança, para que segundo a cultura não “quebre o resguardo”. O senhor José Avelino lembra bem como era os cuidados antes e depois dos partos na comunidade “Rua Preta”.

Não tinha hospital. Quando as mulheres iam ter menino, chamavam logo uma parteira conhecida na região para fazer o parto em casa mesmo. As vizinhas iam e ajudavam na hora do parto. O problema era que morria de vez em quando uma mulher de parto ou uma criança. Tudo era feito em casa. Para cuidar do resguardo, as vizinhas vinham ajudar e passavam um mês cuidado da mulher e da criança. Varria a casa, cuidava na comida. A que tava de resguardo, não podia fazer nada até

o período de quinze dias, para não quebrar o resguardo, pois se quebrasse ficava doente o resto da vida (Entrevista com José Avelino Bezerra, em 07/03/15).

O valor simbólico permeia toda a relação de reciprocidade entre os moradores. A forma de como apresentam esse simbolismo é percebida em objetos deixados pelos seus antepassados e se mostra significativa de valor além do material. Miguel Avelino, um dos netos de Miguel, filho do Avelino, primeiro fala e mostra peças deixadas pelos seus pais e avós, que representam e tem um grande valor simbólico e místico.

Esse pilão de moer milho tem mais de cem anos. Meu pai contava que para fazer um, tinha que cortar uma baraúna e pegar seu tronco, fazia uma grande fogueira e esperava ficar em brasa, pegava a brasa e colocava no tronco, ia queimando fazendo um grande buraco tirava a brasa e colocava barro molhado, e assim ia repetindo até formar o pilão. Esse pilão não tem dinheiro que compre (Entrevista com Miguel Avelino, em 09/06/2015).

A reciprocidade está presente entre os moradores da comunidade Rua Preta há décadas e sendo repassada em seus costumes e tradições trazidas e executadas ainda hoje pelos seus descendentes, tanto dentro de suas famílias como na vizinhança.

A questão religiosa e mística é um dos traços marcantes de seus costumes. O dar, receber e retribuir perpassa todo o ritual, assemelha-se ao *potlatch* estudado Mauss (2003). Ele é um fenômeno religioso, mitológico e xamanístico, praticado pelos povos do noroeste americano. É uma reunião de tribos, dos clãs e das famílias que têm a dádiva como peça principal do *potlatch*.

Não há um instante um pouco além do comum, mesmo fora das solenidades e reuniões de inverno, em que não haja obrigação de convidar os amigos, de partilhar com eles os ganhos de caça e de colheita que vêm dos deuses e dos totens; em que não haja obrigação de retribuir tudo o que vem de um *potlatch* de que foi beneficiário; em que não haja obrigação de reconhecer mediante dádivas [...] (Mauss, 2003, p. 245).

A festa de Santo Antônio, tido como padroeiro na comunidade, já completa quarenta anos de tradição. Percebemos o quanto a dádiva é importante no modo como cultuam sua crença. A festa em homenagem ao padroeiro é conhecida como a Festa do Fogo, por lembrar os barcamateiros que por lá passaram em bandos da época do cangaço, deixando, assim, essa cultura entre os moradores.

Pudemos perceber durante os festejos que a dádiva estudada por Mauss (2003) é o que organiza o ritual religioso. É dividido como “trezenas” que diz respeito a treze. Todos os devotos da comunidade participam durante treze dias, cada noite é realizada uma trezena em

cada casa de um morador da comunidade, ficando responsável em fazer uma partilha logo após o encerramento da trezena. É partilhada muita comida e até doações em animais e dinheiro deixados para o santo. Dar, receber e retribuir é o que está em evidência durante as trezenas.

Faço muita comida, porque sempre em toda casa a festa é maior. Temos o prazer de compartilhar o que colhemos e agradecer a Santo Antônio, por tanta graça alcançada. É também uma forma de reunir os compadres e comadres, como também amigos. Me sinto na obrigação de oferecer o melhor para todos que participam da trezena em minha casa (Entrevista com Miguel Avelino, em 09/06/2015).

A obrigação de distribuir seus bens e partilhar seu ganho torna-se natural. Toda dádiva é sempre aceita e deve ser retribuída com juros. Aliás, toda dádiva deve ser retribuída dessa forma, Mauss (2003, p. 249). O ritual religioso da comunidade Rua Preta é em suma regido pela dádiva analisada por Mauss, pois todas as famílias da comunidade se mostram na obrigação de dar, receber e retribuir.

Outra manifestação cultural e que é regida pela dádiva, é a questão musical, pois durante as trezenas, uma banda de pífano³ é montada com integrantes da comunidade, tocando durante todos os dias da festa e é repassada de pai para filho, sendo assim ensinado e o aprendiz tem a obrigação de aprender e seguir a tradição da família.

Meu pai sempre tocava com um bombo de pele de cor de bode que ainda hoje existe. Assim, fomos montando uma banda e repassando de pai para filho, seguindo a tradição dos mais antigos da comunidade. Não sabemos quando começou ao certo, mas que é dito pelos mais velhos, que é desde da chegada dos primeiros habitantes aqui (Entrevista com Miguel Avelino, em 09/06/2015).

Como podemos observar, na realidade estudada, conforme a perspectiva de Mauss (2003), a reciprocidade se mostra significativa para compreendermos o exercício de sociabilidade dos moradores da comunidade Rua Preta, destacando-se como pioneiros nessa localidade, que não são indivíduos, mas coletividades que se ajudam mutuamente e compartilham de suas riquezas materiais e morais.

³ O pífano é uma pequena flauta transversal, um instrumento tradicional do nordeste do Brasil. Seus tocadores, na maioria, são pessoas sem erudição que transmitem a cultura do pífano pela tradição oral – tanto a confecção quanto o repertório, que em geral dispensa partitura, sendo tocado de ouvido.

6. PERSPECTIVAS DE CONQUISTAS DE DIREITOS SOCIAIS

A comunidade Rua Preta foi sendo habitada por escravos, que por meios diversos conseguiam escapar dos domínios dos fazendeiros de gado naquela região, bem como, aqueles que ficaram livres com a abolição. A família de Avelino consiste nos primeiros habitantes da comunidade, cujos membros em sua maioria residem na chamada “Rua Preta” ou antiga Rosa Velha até os dias atuais.

De acordo com Rietveld (1996), os Avelinos são descendentes de um escravo, de mesmo nome, que pertenceu ao fazendeiro Domingos Ferreira de Brito, o qual doou o patrimônio a São José. Seu nome dado pelo fazendeiro faz referência a um santo Italiano que em 1500 se destacou no seu país por ser um padre dedicado e um homem especial.

Quando a lei áurea foi promulgada pela princesa Isabel, e os escravos foram libertos, Domingos ficou muito triste chegando a chorar, os escravos só festejavam e foram embora. Domingos ficou se perguntando o que iria fazer, pois não tinha mais mão de obra não tinha quem o ajudasse. Então, um escravo conhecido como Avelino, um homem de muita confiança dele, aproximou-se dele e disse que não precisava ele ficar inquieto, pois o escravo era muito grato pelo tratamento que ele sempre tinha dado a ele. Embora sendo escravo, era tratado como gente, que ele ficasse tranquilo que ele jamais iria o abandonar (Entrevista com Antônio Mariano, em 07/03/15).

Segundo um dos relatos, o escravo permaneceu com Domingos trabalhando e que como recompensa Domingos separou um pedaço de terra e doou ao escravo, que permaneceu ali e constituiu sua família onde hoje é a famosa “Rua Preta”. Assim, de acordo Rietveld (1996), os seus descendentes estão morando nas terras que antigamente eram deste Domingos, mas que hoje são suas. A família cresceu demais. O velho Avelino teve três esposas durante sua vida, ganhou três filhos e duas filhas que ficaram lá: Manoel, Balbino, Miguel, Zefinha e Maria.

Alguns moradores mostram que o vínculo familiar e a relação entre eles, sempre foram formados a partir da ajuda mútua e cooperação existente na comunidade. Os descendentes que foram por ali ficando, constituíram suas famílias passada de geração em geração, construída sempre através das trocas e da reciprocidade.

Com a análise destas características, após a pesquisa de campo, surgiu essa inquietação, visto que se precisa intervir para um melhor desenvolvimento da comunidade. Entendemos que a comunidade “Rua Preta” se mostra prejudicada acerca de seus direitos sociais ainda precários e de difícil acesso, por estarem distante da zona urbana e por muitos

não terem acesso às devidas informações. Constatamos que a comunidade apresenta todos os traços pertinentes de um quilombo, tomando como base os estudos de Carril (1997, p. 10) que apresenta as mesmas características vistas na comunidade:

Os quilombos eram, tradicionalmente, agrupamentos formados por escravos fugidos, em locais isolados e de difícil acesso. Atualmente, o termo passou a designar as terras habitadas por negros e originadas de doações de antigos senhores, de fazendas abandonadas com escravos, de terras da igreja, com o decreto da abolição, terras doadas a ex-escravos, etc.

A comunidade e seus moradores trazem em toda sua história essa herança de comunidade de quilombo, que os mesmos precisam primeiramente se reconhecerem como negros e que assim podem ser amparados pela lei e assim reivindicar seus direitos e reconhecimentos de suas terras como comunidade quilombola

Porque a primeira questão da comunidade negra é assumir a sua negritude. Para saber que ele é negro. Para ele não ter vergonha de ser negro. Esta é primeira questão. Enquanto o negro não souber que é negro... ele é negro, mas ele não quer ser negro. Ele acha que é vergonhoso ser negro. Essa é a primeira questão. Enquanto o negro não assumir sua verdadeira identidade, não adianta (Benedito, da comunidade Ivaporunduva – vale do Ribeira São Paulo *apud* CARRIL, 1997, p. 67).

Nesse contexto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante no artigo 68, das Disposições Transitórias, para o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos:

Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes o título respectivo (Constituição da República Federativa do Brasil – COAD – Centro de Estudos Superiores. São Paulo, 1988. p. 60).

É através do Decreto Nº 4887 pela Presidência da República, de 20 de Novembro de 2003 que: regulamenta o procedimento para identificação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nessa perspectiva, este artigo pode servir como forma de contribuição no reconhecimento de sua ancestralidade como descendentes de escravos, para que assim possam pleitear junto aos órgãos competentes o reconhecimento de suas terras como comunidade quilombola.

Com esse direito conquistado, dará visibilidade à comunidade e oficializa o compromisso do Estado em oferecer políticas voltadas à educação, moradia, saúde e

acessibilidade, como o programa Minha Casa Minha Vida Rural, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Bolsa Permanência, entre outros, melhorando a vida desses nativos e assegurando a preservação de sua cultura.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudando a comunidade “Rua Preta” vimos que toda sua forma de sociabilidade compreende-se primeiramente em dimensão simbólica e cultural e que a relação em *dar, receber e retribuir*, aparentemente com caráter voluntário, gratuito, livre, com respeito mútuo e na generosidade recíproca, torna-se na realidade paralelamente obrigatório, para que aja e permaneça em harmonia as relações sociais. Assim identificamos que esses traços de reciprocidade foram e são ainda praticados, isso na forma de ajuda mútua e trocas, cooperação, serviços, alimentos e objetos.

Concluimos pelos indícios estudados, que a reciprocidade se mostra presente entre os moradores da comunidade “Rua Preta”, desde seus primórdios até os dias atuais. Pelo modo de sociabilidade coletiva que vivem, só confirmam o que Mauss (2003) aponta em sua tese, que a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes.

Contudo, podemos afirmar a existência da dádiva, percebida desde a questão da divisão da terra pelos moradores, como a exemplo do compadrio, a forma coletiva e do caráter moral que permeia as relações, do valor simbólico da palavra como base de posse e poder, na forma como se ajudam mutuamente em seus afazeres domésticos e trabalhos diários e em seus rituais religiosos.

Ainda identificamos que por se tratarem de remanescentes de escravos, traz em sua história a herança de uma comunidade quilombola. Necessitam ainda lutar juntos aos órgãos competentes para o reconhecimento de suas terras como comunidade quilombola, embasados na legislação e aparatos da lei referente a comunidades quilombolas presentes no artigo 68º da Constituição da República Federativa do Brasil, melhorando, assim, a vida desses nativos e a efetivação dos seus referentes direitos a serem conquistados mediante protagonismo da própria comunidade.

ABSTRACT

This article is the result of scientific initiation research, entitled "Exercise Reciprocity: The Protagonism of Slaves and Descendants of Black Street Community". The "Black Street" is a community made up of descendants of slaves in the rural municipality of Camalaú in the West Cariri Paraíba. This community was being inhabited by slaves who, by various means, managed to escape the areas of cattle ranches in that region, as well as those who were free with the abolition. This social space was constituted by the role of blacks in the quest to meet their subsistence needs. Thus, this article is on a "Case Study" where a sociological approach was developed with the objective of analyzing the reciprocal practices exercised by the inhabitants of "Black Street", seeking to understand how to exercise these practices in everyday life, so as the moral principles that guided their exercise, as well as the prospects for social rights of these natives concerning the lack of access to some social policies by community misinformation about these rights. The obtained results allow us to affirm the existence of reciprocity practices, such as the form of collective sociability living, how to help mutually in their business and daily work, enabling us to still make a community historical review that is to contribute to the inhabitants the "Black Street" in the perspective of access to social rights with the titling of their lands as a Quilombo.

Keywords: Slavery. Reciprocity. Cooperation.

8. REFERÊNCIAS

CARRIL, Lourdes. **Terras de negros, herança de quilombos**. São Paulo: Scipione, 1997.

CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. Kerblay y Smith. Illions, 1966.

Constituição da República Federativa do Brasil – COAD – Centro de Estudos Superiores. São Paulo, 1988.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. 13. ed. São Paulo: Editora Record, 2013.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva**. Revista de Sociologia e Política. 14. ed . 2000. p. 173-192.

MARTINS, Pulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 73. ed. 2005. p. 45-46.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

OCTÁVIO, José. **História da Paraíba. Lutas e resistência**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1996.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a História dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil. C. 1700-1875**. Revista de Ciências Sociais, vol.30. n. 3, 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

RIETVELD, João Jorge. **Centenário de Camalaú 1895-1995**. João Pessoa: Jaraguá, 1996.

SCOTT, J.C. **The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southerast Asia**. New Haven. Yale University, 1976.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENTE, Ana Lúcia E. F., 1959 – **Ser negro no Brasil hoje**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. da Universidade de Michigan 1970.